

## **ATA DA OCTAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na sala 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNPS) reuniu-se em sessão ordinária com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vice-presidente do CGFNPS e presidente desta sessão; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça (MJ); Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República não foi representada porque os seus representantes, titular e suplente, ainda não foram indicados. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 83ª Reunião Ordinária e 2) Apreciação de dezessete propostas de convênios, sendo dezesseis estaduais e uma municipal.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o vice-presidente retomou a discussão sobre a necessidade de readequação do orçamento do Fundo, explicando que o objetivo era dar ciência deste assunto ao conselheiro Felipe Daruich Neto, uma vez ele estava ausente na reunião anterior. Ele relatou que o assunto foi iniciado pelo conselheiro Carlos Humberto Oliveira que questionou a vinculação ao Fundo de gastos com projetos e atividades executados diretamente pelo MJ, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP), a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), a Força Nacional, dentre outros. Ou seja, o citado conselheiro ponderou que no Fundo deveriam ser alocadas especialmente as ações que financiam as proposituras dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O vice-presidente declarou que estas colocações eram pertinentes e que ele havia proposto a discussão deste assunto no próximo ano. Com a palavra, o conselheiro Felipe Daruich Neto destacou que o Fundo foi criado para transferir recursos para a política de segurança pública estadual, distrital e municipal, isto é, os recursos do Fundo são para dar suporte, melhorar e equalizar as políticas de segurança pública em nível estadual e municipal. Por outro lado, os programas como o SINESP, ENAFRON, Força Nacional, dentre outros são políticas federais e, portanto, deveriam ser financiadas com recursos do orçamento do próprio MJ. Ele acrescentou que o MJ, ao colocar estes gastos no orçamento do Fundo, por um lado perde a faculdade de fazer sua própria política, tem, por imposição legal, a necessidade de ouvir outra instância (CGFNPS) e por outro, obriga o colegiado a autorizar gastos para custear programas federais instituídos e realizados pelo MJ. Retomando a palavra, o vice-presidente explicou que levou este assunto ao conhecimento do conselheiro Felipe Daruich Neto, porque no próximo exercício será realizada uma reunião técnica ou estudo técnico entre o MJ e o Ministério do Planejamento com o objetivo de verificar a viabilidade de readequar o orçamento do Fundo de forma que suas ações fiquem restritas ao custeio de políticas de segurança públicas instituídas e executadas por estados/municípios. O conselheiro Felipe Daruich Neto observou que qualquer alteração proposta só poderá ser levada a efeito no orçamento de 2014. Após estas considerações, a Ata da 83ª reunião ordinária foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.

Com a palavra, o servidor Pedro de Souza da Silva apresentou a proposta abaixo discriminada oriunda de emenda parlamentar ainda não liberada pelo órgão competente. Registra-se que o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira salientou que a nota técnica desta proposta havia sido aprovada pela Chefe de Gabinete Substituta da SENASP, a qual poderia não possuir essa competência legal. O vice-presidente explicou que a Secretária, mediante despacho, poderia ratificar o inteiro teor das notas técnicas em questão e tais despachos seriam anexados a cada proposta no Portal de Convênios. O colegiado concordou com estas colocações e aprovou o pleito por unanimidade. Cabe consignar que a proposta enquadra-se no âmbito da ação orçamentária: 20ID – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP	Contra- partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital		
1	MG	028851/ 2012	Reaparelhamento do 2º Pelotão, 242ª CIA, 29ª BPM, localizado no município de Campestre/MG <b>(Emenda Parlamentar)</b>	195.807,00	4.000,00	199.807,00
<b>TOTAL</b>				<b>195.807,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>199.807,00</b>

A servidora Beatriz Cruz da Silva apresentou a proposta municipal abaixo detalhada referente ao Edital de Chamada Pública de 18/05/2012, publicado no DOU nº: 96/2012. No contexto da apresentação, o conselheiro Myron Moraes Pires salientou que entre uma e outra proposta apresentada ele observava uma variação nos valores das câmeras e de outros equipamentos pleiteados. Ele ponderou que isto certamente ocorria em função da tecnologia escolhida ou devido ao tipo de solução proposta. Dito isso, ele indagou se a área técnica, quando da análise dos pleitos, verificava se a solução proposta era a mais adequada para aquele município e se os preços eram comparados quando constatado que um município solicitou a mesma quantidade e/ou especificação de equipamentos que outro. A servidora explicou que as propostas de videomonitoramento são analisadas por um engenheiro, que verifica a parte técnica e por uma servidora que verifica os aspectos formais. Esclareceu que o edital publicado era composto por um anexo que continha um modelo de projeto de videomonitoramento, feito dentro dos parâmetros exigidos pela SENASP. Ademais, ela ressaltou que o engenheiro analisava todos os aspectos da proposta, como, por exemplo: quantidade de câmeras, local de instalação, distância entre uma câmera e outra, finalidade, justificativa, preços, compatibilidade dos equipamentos com os sistemas envolvidos, dentre outros. Foi declarado que a SENASP não aceita proposituras em “pacote”, ou seja, é obrigatória a discriminação de todos os equipamentos e acessórios, separadamente. Outro ponto salientado foi que as diferenças de valores entre as propostas também ocorriam porque alguns municípios estavam solicitando a expansão do sistema existente, o que certamente demanda menos gastos, e outros solicitavam a implantação do sistema. Por fim, a servidora informou que na próxima reunião solicitará ao engenheiro que faça uma pequena exposição sobre os aspectos técnicos das propostas. Após estes esclarecimentos, o pleito foi aprovado por unanimidade. Por derradeiro, registra-se o seguinte: 1) a nota técnica da proposta será ratificada pela Secretária; 2) O pleito vincula-se à ação orçamentária: 8124 - Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade. Na sequência, os conselheiros salientaram a importância do aperfeiçoamento de alguns aspectos dos editais, a fim de facilitar ou promover maior participação dos municípios mais carentes e que possuem dificuldades na elaboração de suas proposituras.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP	Contra- partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital		
1	Canoas/ RS	032222/ 2012	Expansão do sistema de Videomonitoramento Urbano do município de Canoas/RS.	718.074,26	14.654,58	732.728,84
<b>TOTAL</b>				<b>718.074,26</b>	<b>14.654,58</b>	<b>732.728,84</b>

Com a palavra, a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo informou que as quinze propostas, detalhadas na tabela abaixo, são procedentes do Edital nº: 04/SENASP. Rapidamente, ela destacou os principais pontos do citado edital: conteúdo, foco, público alvo, novidades em relação ao edital/2011 e quantidades de propostas apresentadas e selecionadas. Em seguida, ela convidou o servidor Ademarcio de Moraes para detalhar os demais aspectos do edital e apresentar as propostas em pauta. No que concerne ao edital foram abordados os seguintes aspectos: I) objetivo: Apoiar projetos na área de educação em segurança pública, abrangendo duas linhas de investimento, a saber: i) Aprimoramento do ambiente educacional e ii) Aprimoramento do ensino; II) Investimento: R\$ 15 milhões em capital e R\$ 15 milhões em custeio; III) Propostas: Deverão abranger no mínimo duas temáticas, uma em cada linha de investimento, ou seja, a proposta deve contemplar obrigatoriamente uma temática de Aprimoramento do Ambiente Educacional e outra de Aprimoramento do Ensino, sendo que o valor máximo para cada proposta é de

R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): cerca de 50% em capital; e 50% em custeio. Em seguida, foram detalhadas as temáticas dentro de cada uma das linhas de investimentos mencionados, quais sejam: 1) Aprimoramento do Ambiente Educacional: 1.1) Projeto itinerante de educação em segurança pública, com metodologia adequada e mobilidade suficiente para atender aos profissionais do interior e das regiões de fronteira; 1.2) Criação, ampliação e estruturação de bibliotecas, incluindo a atualização dos acervos; 1.3) Criação, ampliação e aprimoramento de salas de condicionamento físico; e 1.4) Sistemas Informatizados de Gestão Educacional; 2) Aprimoramento do ensino: 2.1) Ampliação e profissionalização do Corpo Docente dos órgãos de segurança Pública; 2.2) Cursos de pós-graduação *lato sensu* ou extensão na área de gestão (tema livre, desde que relacionado à segurança pública); 2.3) Cursos na área específica de direitos humanos, voltados à capacitação de docentes nesta temática; e 2.4) Produção e difusão de conteúdos técnicos; O servidor esclareceu que do Edital SENASP nº 04 foram selecionadas dezessete propostas, contudo, o Estado do Ceará solicitou desistência da sua proposta. Dito, isso, o servidor apresentou as quinze propostas a seguir destacadas e explicou que a última proposta do edital, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, será apresentada na próxima reunião. Cabe esclarecer que no decorrer da apresentação os conselheiros apresentaram suas dúvidas e os questionamentos relacionados aos temas em exposição.

Nº	UF	Nº PROPOSTA SICONV	OBJETO DA PROPOSTA	VALOR DO FNSP			CONTRA-PARTIDA	TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
				CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL		
1	AL	032248/2012	Aprimorar o ambiente educacional, através da aquisição de software educativo e do reaparelhamento das unidades de ensino que compõem a Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas e qualificação dos profissionais em segurança pública, por meio de curso de pós-graduação.	793.800,00	810.000,00	1.603.800,00	16.200,00	1.620.000,00
2	AM	032103/2012	Capacitação dos profissionais de segurança pública e estruturação de salas de condicionamento físico do Instituto integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas.	529.912,32	545.050,22	1.074.962,54	12.130,00	1.087.092,54
3	BA	031082/2012	Reequipamento das unidades de ensino da Polícia Militar da Bahia e qualificação dos corpos docentes e de gestores da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil/Departamento de Polícia Técnica.	971.112,07	967.261,30	1.938.373,37	20.781,00	1.959.154,37
4	GO	031041/2012	Profissionalização do nível intermediário e estratégico das instituições e capacitação do corpo docente das academias de Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Técnico-Científica e Bombeiro Militar, bem como aprimoramento dos ambientes educacionais, através da criação de salas de condicionamento físico e reestruturação de bibliotecas.	876.096,30	1.080.810,91	1.956.907,21	19.766,74	1.976.673,95
5	MG	029491/2012	Possibilitar a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais a estender as capacitações por meio da ampliação e profissionalização do corpo docente e das estruturas físicas dos órgãos de ensino em Segurança Pública com vistas à difusão de conhecimentos nas áreas de Defesa Social e Segurança Pública.	951.592,80	1.009.977,32	1.961.570,12	40.326,00	2.001.896,12
6	MT	032003/2012	Aprimoramento do ensino e do ambiente educacional, visando proporcionar melhorias nas condições físicas das instalações, acesso aos profissionais do interior, ampliação e qualificação do quadro de docentes e gestores de Segurança Pública, buscando a eficiência e a eficácia para efetividade das políticas públicas voltadas para o cidadão.	980.192,35	970.911,82	1.951.104,17	19.708,12	1.970.812,29
7	PB	032315/2012	Aprimorar o ambiente educacional através do reaparelhamento da Academia de Ensino de Polícia – AEP, órgão vinculado à Secretaria da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba, estabelecendo Projeto Itinerante de	815.221,67	775.258,27	1.590.479,94	17.000,00	1.607.479,94

## Ata da 84ª Reunião Ordinária (continuação)

			Educação em Segurança Pública e a Criação de Sala de Condicionamento Físico, assim como, Aprimorar o Ensino mediante ampliação e profissionalização do corpo docente, promovendo cursos presenciais de formação de docentes, além de pós-graduações "latu sensu" para qualificação e profissionalização dos gerentes da instituição de acordo com seu nível de atuação.					
8	PB	032312/2012	Aprimoramento do ambiente educacional e do ensino através do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional das Instituições de Segurança Pública da Paraíba.	830.888,03	994.641,36	1.825.529,39	20.000,00	1.845.529,39
9	PE	029752/2012	Fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem no Estado de Pernambuco, por meio da estruturação dos Centros de Condicionamento Físico para Qualidade de Vida nos Campi de Ensino e do aprimoramento do ensino com Cursos de Especialização voltados ao corpo docente e gestores da Academia Integrada de Defesa Social – ACIDES/SDS.	970.933,49	974.700,02	1.945.633,51	19.652,86	1.965.286,37
10	PI	032295/2012	Criação do Programa Integrado de Condicionamento Físico e Aprimoramento do Ensino Integrado nas instituições de Segurança Pública do Estado do Piauí.	877.491,60	858.696,40	1.736.188,00	17.537,54	1.753.725,54
11	RJ	030731/2012	Formação e aperfeiçoamento dos docentes e equipe de gestores das Instituições de Ensino Policial do Estado do Rio de Janeiro e Criação e estruturação da Biblioteca do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar.	234.000,00	219.841,31	453.841,31	9.262,06	463.103,37
12	RN	031487/2012	Aprimorar o ambiente educacional da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, através da aquisição de simulador de tiro móvel, bem como aprimorar o ensino das instituições de Segurança Pública através da oferta de cursos de capacitação para docentes (multiplicadores).	462.088,00	462.088,00	924.176,00	24.576,84	948.752,84
13	RS	031957/2012	Implementar ações destinadas ao aprimoramento do ambiente educacional através do reaparelhamento das unidades escolas do órgão de Ensino da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, quanto a bibliotecas, salas de condicionamento físico e qualificar o corpo docente por meio de cursos de pós-graduação, técnicos e de extensão universitária.	996.689,36	998.517,14	1.995.206,50	72.787,31	2.067.993,82
14	TO	030481/2012	Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional-Capacitação de gestores das Instituições de Segurança Pública do Estado do Tocantins e Aprimoramento e Extensão do Treinamento Técnico Policial.	717.301,43	701.666,99	1.418.968,42	14.333,01	1.433.301,43
15	TO	030416/2012	Implementação de ações destinadas à área de educação em segurança pública, abrangendo o aprimoramento e a extensão do ensino da Academia Polícia Judiciária da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins.	456.633,33	685.545,66	1.142.178,99	11.538,00	1.153.716,99
<b>TOTAL</b>				<b>11.463.952,75</b>	<b>12.054.966,72</b>	<b>23.518.919,47</b>	<b>335.599,48</b>	<b>23.854.518,96</b>

Aberta a palavra ao colegiado, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira observou que na planilha encaminhada aos conselheiros havia uma pequena divergência entre o valor das Propostas n<sup>os</sup>. 032103/2012 (AM) e 032312/2012 (PB) e o valor registrado no Portal de Convênios. Foi esclarecido que o valor registrado no Portal é o correto. O citado conselheiro destacou que na Proposta n<sup>o</sup>. 032295/2012 (PI) foi prevista a realização de seis cursos de capacitação destinados a 150 docentes e indagou quem seriam estes docentes. O servidor explicou que seriam profissionais de segurança, ou seja, cinquenta policiais civis, noventa policiais militares e dez bombeiros militares, os quais atuariam como multiplicadores em suas respectivas instituições. Dito isso, o conselheiro questionou se a pessoa jurídica

responsável por esta capacitação seriam universidades públicas. O servidor explicou que seriam instituições de ensino escolhidas mediante processo licitatório. Neste contexto, o conselheiro Felipe Daruich Neto perguntou se a SENASP fazia o acompanhamento destas contratações. O servidor explicou que na aba “Anexo” do Portal de Convênios foram inseridas propostas comerciais apresentadas pelo Estado, e posteriormente, o valor da empresa contratada poderá ser comparado com os valores estimados. Ademais, após a celebração do convênio, são realizados os acompanhamentos, incluindo fiscalização “in loco” pela equipe da SENASP. Na sequência, iniciou-se uma rodada de discussão sobre a participação de diversas instituições de ensino em certames licitatórios sem a devida qualificação técnica para realização dessas capacitações. Finalizando este ponto, foi sugerido que a SENASP fizesse um estudo com o objetivo de verificar se existe amparo legal para inserir no edital do próximo ano orientações aos entes federativos quanto à contratação de pessoa jurídica para a realização de capacitações ou que fossem estudadas regras que possibilitassem um controle maior destas contratações, a fim de garantir um alcance efetivo dos resultados esperados. Por fim, o conselheiro Carlos Humberto Oliveira questionou o valor do simulador de treinamento transportável solicitado na Proposta nº 31487/2012 (RN). O servidor explicou que este equipamento destinava-se a treinamento de tiro virtual e que se encontrava de acordo com o preço de mercado. Após estes esclarecimentos, os pleitos foram aprovados por unanimidade. As notas técnicas das Propostas nºs: 031041/2012 (GO) e 031082/2012 (BA) serão ratificadas pela Secretária. Os pleitos aprovados enquadram-se na ação orçamentária: 2320 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional.

Encerrado os assuntos de pauta, o conselheiro Carlos Humberto Oliveira questionou sobre a finalização da proposta de alteração do Regimento Interno do Colegiado. O vice-presidente declarou que é interesse da Presidente do Conselho que a votação do regimento interno ocorra ainda no presente exercício, contudo seria necessário primeiro fechar a agenda das reuniões extraordinárias em virtude da data final do empenho que é 02/12/2012. Na sequência, foram programadas as datas das reuniões extraordinárias, a saber: 23/11/2012 e 27/12/2012. Por fim, o vice-presidente declarou que a finalização do regimento interno possivelmente ocorrerá no mês de dezembro.

Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezoito horas e dez minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.

**Sidnei Borges Fidalgo**  
Vice-Presidente do CGFNPS

**Paulo Machado**  
Ministério da Justiça

**Felipe Daruich Neto**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da República

**Myron Moraes Pires**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**  
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República